

**Parecer Legal e Institucional nº 01/2017/CTIL/CNRH/MMA**

**Assunto:** Análise de matéria encaminhada pelas Câmaras Técnicas.

Análise dos Itens de Pauta:

1. Proposta de Resolução que **Estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, referidos no inciso II, do § 1º do art. 17, da Lei nº 9.648, de 1998, com a redação dada pelo art. 28, da Lei nº 9.984, de 2000, para o exercício orçamentário de 2018.**

A proposta de Resolução que estabelece as prioridades para a aplicação dos recursos provenientes da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para Geração de Energia - CFURH, foi encaminhada à CTIL pela Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos - CTCOB, por meio do Parecer Técnico Conclusivo nº 01/2017/CTCOB/CNRH/MMA, de 20/04/2017.

Na 139ª Reunião da CTIL, realizada nos dias 24 e 25 de maio corrente, a matéria foi avaliada sob o aspecto legal e institucional.

Nesta ocasião, a Sra. Adriana Lustosa da Costa, Gerente do DRH/SRHU/MMA, explicou as motivações para se considerar as prioridades, ações e metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH, estabelecidas na Resolução CNRH nº 181/2016, para a aplicação dos referidos recursos.

Em complementação a Presidente da CTCOB, Sra. Livia Soalheiro e Romano, informou que a CTCOB avaliou como pertinente a utilização dos resultados da consulta do PNRH, uma vez que não haveria tempo hábil para realizar uma nova consulta para influenciar o exercício orçamentário de 2018. Finalizou informando que a CTCOB estabeleceu como meta trabalhar para o exercício de 2019, seguindo o que determina a Resolução CNRH nº 70/2007.

A representante da Agência Nacional de Águas, Sra. Elisa Malafaia, manifestou sua preocupação em relação ao texto da proposta. Argumentou que, ao definir a priorização da aplicação dos recursos da cobrança nas prioridades, ações e metas do PNRH, sem a devida distinção, gerava-se um falso entendimento de que a ANA aplicaria recursos nas 71 metas do PNRH, e não somente naquelas das quais tem responsabilidade.

Salientou, ainda, que faltou mencionar nas considerações a Resolução CNRH nº 165/2015 que estabelece as prioridades do PNRH para orientar a elaboração do PPA Federal e dos PPAs dos Estados e do Distrito Federal, para o período 2016-2019. Enfatizou que qualquer gasto que a Agência faz deve constar do PPA.

Destacou que, caso não houvesse alteração na proposta, teria dificuldades na hora de apresentar o relatório de prestação de contas, pois os recursos da CFURH só estariam aplicados onde a ANA tem competência para executar e financiar.

Por fim, para sanar esses aspectos apontados, a ANA apresentou sugestões de complementação à minuta de resolução, quais sejam:

Inserção de um considerando:

*Considerando que a Resolução nº 165/2015, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, estabelece as prioridades do PNRH para orientar a elaboração do PPA Federal e dos PPAs dos Estados e do Distrito Federal, para o período 2016-2019.*

Inserção, no final do art. 1, do texto: *respeitadas as competências da Agência Nacional de Águas.*

No decorrer da análise foi sugerido pelos membros da CTIL, a alteração da palavra apenas por somente, no ultimo considerando e, no art.1, a substituição da palavra água por recursos hídricos.

As alterações propostas foram aprovadas por consenso.

Apresentadas essas considerações, a CTIL aprovou o texto final da proposta de Resolução e submete para análise e aprovação pelo Plenário do CNRH.

Este é o parecer,

Em, 25 de maio de 2017.



**JULIO THADEU SILVA KETTELHUT**  
**Presidente da CTIL**